

# MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS

CNPJ Nº 01.396.770/0001-68



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Srs. Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, elaboradas conforme normas internacionais de contabilidade parametrizadas na forma da legislação societária, das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do relatório dos auditores independentes da **MAPFRE RE DO BRASIL Companhia de Resseguros**. Informamos que apresentamos o detalhamento das deliberações das Assembleias de Acionistas referente à movimentação do Patrimônio Líquido na nota explicativa nº 11. **Desempenho das Operações:** Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 153 milhões, enquanto os Prêmios Ganhos atingiram R\$ 161 milhões com aumento de 12% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. O índice de sinistralidade geral ficou em 77%, aumento de 4 pontos percentuais em relação ao ano

anterior; as despesas com corretagem atingiram 0,6%, e as despesas administrativas representaram 3,4% dos Prêmios Ganhos, todos estes índices ficaram no mesmo patamar do exercício anterior. O resultado de retrocesso ficou em 15% dos prêmios ganhos mantendo-se no mesmo patamar do que o exercício do ano anterior. O lucro líquido do exercício atingiu R\$ 13,2 milhões ficando no mesmo patamar de 2010, demonstrando que a política de subscrição e de retrocesso desempenharam sua função na busca de consolidação de resultado aliado ao desenvolvimento tecnológico das operações da Resseguradora. **Perspectivas e Planos Futuros:** Uma vez consolidado o mercado aberto de resseguros e as atividades da Resseguradora, a estratégia da Companhia é de manter a prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle das despesas administrativas, contribuir para a estabilização das regras aplicáveis à atividade de resseguro e das práticas de mercado, focando na solvência, lucratividade e nas boas práticas de mercado que caracterizam a **MAPFRE RE** em sua atividade global. **Capacidade**

**Financeira:** Atendendo ao disposto nas Circulares SUSEP nº 424/11, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a **MAPFRE RE DO BRASIL** declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados na nota explicativa. **5. Agradecimentos:** A Administração da **MAPFRE RE DO BRASIL** aproveita a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada e, aos nossos profissionais, pela dedicação e qualidade dos trabalhos prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2012

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Dez/2011	Dez/2010
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>356.582</b>	<b>294.004</b>
<b>Disponível</b>		<b>10.441</b>	<b>10.371</b>
Caixa e bancos		10.441	10.371
<b>Equivalentes de caixa - investimentos</b>	<b>2.644</b>		
	<b>5a/5b/5c/5d/14</b>	<b>110.633</b>	<b>101.716</b>
<b>Aplicações</b>			
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>88.354</b>	<b>73.131</b>
Prêmios a receber	<b>6a/6b/6c</b>	35.797	38.067
Operações com seguradoras		43.962	15.610
Operações com resseguradoras		8.595	19.454
	<b>13a/13b/13c/14/16a</b>	<b>138.878</b>	<b>104.091</b>
<b>Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas</b>		<b>1.106</b>	<b>354</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>5.629</b>	<b>4.693</b>
Créditos tributários e previdenciários	<b>7</b>	5.540	4.672
Outros créditos		89	21
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>56.463</b>	<b>54.797</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>51.610</b>	<b>49.773</b>
	<b>5a/5b/5c/5d/14</b>	<b>50.504</b>	<b>49.419</b>
<b>Ativos de resseguros - Provisões técnicas</b>		<b>1.106</b>	<b>354</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>8</b>	<b>4.809</b>
Imóveis de uso próprio	<b>8</b>	4.305	4.366
Bens móveis		504	594
<b>Intangível</b>		<b>8</b>	<b>44</b>
Outros intangíveis		44	64
<b>Total do ativo</b>		<b>413.045</b>	<b>348.801</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Dez/2011	Dez/2010
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>308.759</b>	<b>258.173</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>8.112</b>	<b>6.541</b>
Obrigações a pagar		533	372
Impostos e encargos sociais a recolher		986	849
Encargos trabalhistas		438	302
Impostos e contribuições		6.155	5.018
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>52.873</b>	<b>78.823</b>
Operações com resseguradoras	<b>6a/6b/6c</b>	52.714	78.823
Corretores de resseguros		159	-
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>10</b>	<b>22.163</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>		<b>13a/13b/13c/14/16a</b>	<b>225.611</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>2.014</b>	<b>807</b>
	<b>13a/13b/13c/14/16a</b>	<b>2.014</b>	<b>807</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>		<b>11</b>	<b>102.272</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>11a</b>	<b>80.259</b>
Capital social		80.259	76.277
Aumento de capital (em aprovação)	<b>11a</b>	4.581	3.982
Reservas de lucros		17.432	9.562

<b>Total do passivo</b>		<b>413.045</b>	<b>348.801</b>
-------------------------	--	----------------	----------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>74.168</b>	<b>1.286</b>	<b>97</b>	<b>1.839</b>	<b>-</b>	<b>77.390</b>
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.109 em 21 de junho de 2010		1.286	-	-	-	-
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.120 em 08 de julho de 2010		823	-	-	-	823
Aumento de capital em aprovação - AGE de 31 de dezembro de 2010		-	3.982	-	-	3.982
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.277	13.277
Distribuição do lucro do exercício:						
Juros sobre Capital Próprio - distribuídos ref. lucro exercício anterior		-	-	-	(966)	(966)
Juros sobre Capital Próprio - distribuídos		-	-	-	(4.685)	(4.685)
Reserva legal		-	664	-	(664)	-
Reserva estatutária		-	-	6.962	(6.962)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>76.277</b>	<b>3.982</b>	<b>761</b>	<b>8.801</b>	<b>-</b>	<b>89.821</b>
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.196 em 17 de março de 2011		3.982	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação - AGE de 31 de dezembro de 2011		-	4.581	-	-	4.581
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.259	13.259
Distribuição do lucro do exercício:						
Juros sobre Capital Próprio - distribuídos (Nota 11b)		-	-	-	(5.389)	(5.389)
Reserva legal		-	663	-	(663)	-
Reserva estatutária		-	-	7.207	(7.207)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>80.259</b>	<b>4.581</b>	<b>1.424</b>	<b>16.008</b>	<b>-</b>	<b>102.272</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE DO Brasil Companhia de Resseguros, denominada também como "Resseguradora" ou "Companhia", com sede no Brasil e matriz domiciliada à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770-0001-68, que tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocesso, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item; (a) acima. A Companhia foi constituída em 7 de agosto de 1996 pela sociedade MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e ITSEMAP do Brasil Serviços Tecnológicos MAPFRE Ltda. através de quotas de responsabilidade limitada com a denominação social de MAPFRE RE Assessoria Ltda., a qual iniciou suas operações em 2 de setembro de 1996, tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão na área de resseguro e operações a ela relacionadas em todo o território nacional, formação e capacitação técnica de pessoal relacionada à área de resseguro e participação em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista. Em 14 de novembro de 2008, através da portaria SUSEP 3.094, a MAPFRE RE Assessoria Ltda. passou a denominar MAPFRE RE DO Brasil Companhia de Resseguros, teve a alteração do tipo jurídico, de sociedade limitada para sociedade anônima fechada e concedeu à Resseguradora autorização para operar como Resseguradora local nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007. O controle acionário da MAPFRE RE DO Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE DO Brasil Companhia de Resseguros.

milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resseguradora aplicou aos seus contratos de resseguro, as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP. A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Resseguradora decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP: • IFRS 9 (Revisada) "Instrumentos Financeiros": em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2013, o IASB publicou os requisitos sobre escrituração de passivos financeiros para completar a fase de classificação e mensuração do projeto do IASB para substituir a IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração". Os novos requisitos referem-se ao tratamento da volatilidade nos ganhos ou perdas originados na mensuração das dívidas ao valor justo, e adotou-se a decisão de manter a mensuração ao custo amortizado para a maioria dos passivos. • IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 13 "Mensuração de valor justo": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 12 (Revisada) "Imposto de renda": em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012, alterou o conceito de recuperabilidade do imobilizado para investimento no Imposto Diferido. A alteração inclui a presunção de que a recuperação do valor de livro do imobilizado para investimento é realizada através de venda. Consequentemente, a CIN 21 "Imposto de Renda - Recuperação de ativos reavaliados não depreciáveis" deixou de ser aplicada para propriedades de investimento mensuradas a valor justo. • IAS 19 (revisada) "Benefícios a empregados": tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 27 (revisada) "Demonstrações financeiras individuais": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 28 (revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. Melhorias nas IFRS: Em maio de 2010, o IASB publicou seu terceiro projeto de alterações de normas e das bases para conclusão relacionadas. Na publicação existem diferentes datas de início de vigência e disposições transitórias para cada norma. O projeto de melhoria é um projeto anual que fornece um mecanismo para fazer as modificações necessárias, mas não urgentes ou importantes. A Resseguradora não identificou impactos significativos na aplicação destas normas ou interpretações seja significativo para suas demonstrações financeiras. **g) Impactos de adoção da Circular SUSEP nº 424/2011:** Como objetos de análise da administração foram avaliados os critérios e políticas contábeis anteriormente adotados pela Resseguradora e não foram identificados impactos relevantes no que tange a adoção da Circular SUSEP nº 424/2011 que aprovou as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis referendados pela referida Circular no que não contrarie as exigências da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Aplicam-se integralmente os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que não contrarie a Circular SUSEP nº 424/2011. A SUSEP estabeleceu que: • Não está permitida às sociedades supervisionadas pela SUSEP, na adoção inicial, a isenção opcional permitida pelo CPC 37 para avaliar os ativos imobilizados e à propriedade para investimento, na data de transição, a valor justo ("Custo atribuído").

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a 90 dias, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação como ativos garantidores. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias seguindo do CPC 38: i) mensurados ao valor justo por meio de resultado; ii) empréstimos e recebíveis; iii) ativos disponíveis para venda; e iv) ativos financeiros mantidos até o vencimento. **3.2a Políticas contábeis de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. **3.2b Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Nas operações em que a Companhia opera com opções, os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício. **Hierarquia do valor justo:** A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; • **Nível 2:** Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Dez/2011	Dez/2010
Prêmios emitidos líquidos	<b>17a</b>	152.968	162.491
Variações das provisões técnicas		8.081	(18.575)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>15</b>	<b>161.049</b>	<b>143.916</b>
Sinistros ocorridos	<b>17b</b>	(123.280)	(105.277)
Custo de aquisição	<b>17c</b>	(1.010)	(906)
Outras receitas e despesas operacionais	<b>17h</b>	590	185
Resultado com retrocesso	<b>17d</b>	(24.493)	(22.612)
Despesas administrativas	<b>17e</b>	(5.527)	(5.018)
Despesas com tributos	<b>17f</b>	(5.904)	(4.327)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17g</b>	<b>17.303</b>	<b>12.794</b>
Receitas financeiras		23.007	17.797
Despesas financeiras		(5.704)	(5.003)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>18</b>	<b>18.735</b>	<b>18.759</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>18</b>	<b>18.732</b>	<b>18.759</b>
Imposto de renda	<b>18</b>	(3.197)	(3.208)
Contribuição social	<b>18</b>	(1.953)	(1.939)
Participações sobre o resultado		(323)	(335)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.259</b>	<b>13.277</b>
Quantidade de ações		83.944.279	79.752.884
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ (básico)		158,80	166,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de prêmios de resseguro e outros	123.801	173.342
Recuperações de sinistros e comissões	81.649	27.632
Outros recebimentos operacionais	827	8.093
Pagamentos de sinistros e comissões	(52.184)	(95.082)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(109.130)	(46.158)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(30.453)	(4.850)
Pagamentos de despesas e obrigações	(5.185)	(4.563)
Outros pagamentos operacionais	(127)	(127)
Pagamentos de participações nos resultados	(239)	(282)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>8.959</b>	<b>58.005</b>
Impostos e contribuições pagos:	(12.746)	(9.148)
Juros pagos	(213)	(2)

### Investimentos financeiros:

Aplicações	(4.000)	(40.099)
Vendas e resgates	11.542	10

### Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

### Atividades de investimento

### Pagamento pela compra de ativo permanente:

Investimentos	(20)	(59)
Imobilizado	-	(5)
Intangível	-	(5)

### Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

<b>Atividades de financiamento</b>	<b>(20)</b>	<b>(64)</b>
Aumento de capital	4.581	4.805
Distribuição de juros sobre o capital próprio	(5.389)	(5.653)

### Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

### Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.371	2.517
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.085	10.371

### Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

<b>RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
---	-------------	-------------

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.259</b>	<b>13.277</b>
Depreciações e amortizações	190	312

### Variações das contas de:

Aplicações financeiras	(10.002)	(52.971)
Crédito das operações	(15.223)	(36.643)
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	(35.539)	(33.948)
Títulos e créditos a receber	(936)	(2.678)
Despesas antecipadas	(1)	-
Contas a pagar	1.571	4.106
Débito das operações	(25.949)	30.790
Depósito de terceiros	9.852	8.036
Passivos de resseguro - Provisões técnicas	66.320	78.485

### Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

<b>3.542</b>	<b>8.766</b>
--------------	--------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; • **Nível 3:** Ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação. **3.2c Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **3.2d Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. A Resseguradora deve ter a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

**3.3 Prêmios de resseguros e custo amortizado diferido:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e as despesas de comercialização correspondentes as operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que recebemos as prestações de contas com os valores reais enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocesso e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados aos resultados ao longo do período de cobertura dos riscos segurados. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. **3.4a Mensuração no reconhecimento:** Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

**3.4b Método de reavaliação:** Após o reconhecimento como um ativo, se permitido por lei, um item do ativo imobilizado, cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por desvalorização acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada regularmente para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergências relevantes em relação ao seu valor justo na data do balanço. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Circular SUSEP nº 424/11 vetou a adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação inicial. **3.4c Depreciação:** Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, utilizando como base o valor de custo menos o valor residual (e menos o valor alocado ao terreno no caso dos imóveis), e os seguintes períodos de vida útil estimada de cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Benefeitórias	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

**3.5 Intangível:</**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010** (Valores expressos em milhares de reais)

mora no pagamento dos juros ou principal; • garantia de concessão a um devedor com dificuldades econômicas que um credor não consideraria; • torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro em virtude das dificuldades financeiras.

**3.6a Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Resseguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliada, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda de valor recuperável e para os quais uma perda de valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

**3.6b Ativos financeiros disponíveis para venda:** A Resseguradora avalia, a cada data do balanço, se existem evidências objetivas de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente *impaired*. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Resseguradora avalia se há declínio significativo ou prolongado entre o valor de mercado do ativo e o seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas para *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas no momento em que o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente registrada. **3.6c Recuperabilidade de ativos não-financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados por categoria. Os ativos não-financeiros, exceto ágio, se houver, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para análise de uma possível reversão do *impairment* na data-base do balanço. A Resseguradora não identificou a necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.7 Contas a pagar:** O contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. O contas a pagar é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. **3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A provisão para o imposto de renda corrente é calculado a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 3% do lucro tributável. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

**3.9 Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos:** Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. **3.10 Teste de adequação do passivo:** O CPC 11 e a Circular SUSEP nº 410/2010 requerem que as entidades supervisionadas avaliem as obrigações decorrentes de contratos de resseguros registrados em cada data de divulgação, seguindo as regras e procedimentos estabelecidos nestes corpos normativos. A Resseguradora efetua o teste por meio da utilização de métodos atuariais e efetua a estimação dos fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2011 até o final da vigência destas obrigações. Na conformação destes fluxos de caixa futuros foram consideradas as provisões decorrentes de contratos de resseguros, despesas relacionadas (diretas e indiretas) e os custos de aquisição diferidos. Para a identificação de possíveis insuficiências são comparados o valor líquido contábil dos passivos líquidos das despesas de comercialização diferidas, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, sendo as eventuais insuficiências cobertas através do incremento das provisões técnicas relacionadas. O teste realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2011, não apresentou insuficiência em quaisquer dos grupos de contratos de resseguros.

**3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Atualmente a Companhia não participa de nenhuma ação como parte ativa ou passiva, seja esta relacionada a contingente de natureza trabalhista, cível ou tributária. **3.12 Patrimônio líquido:** **3.12a Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.12b Distribuição e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) conforme estabelecido pela SUSEP. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **3.12c Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas. **3.12d Reserva legal:** É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social. **3.12e Reservas estatutárias:** O montante de lucros não destinado à remuneração dos acionistas e a reserva legal será retido em reservas estatutárias, até o limite do capital social no final de cada exercício. **3.13 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.13a Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, devoluções, abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento ocorre quando: i) o valor desta pode ser mensurado com segurança; ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e; iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **3.13b Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos contemplam os prêmios contabilizados mais a parcela de prêmios estimados (EPI) a receber no período contábil de acordo com as características e tipos de negócios contratados, previstos nos contratos celebrados nos períodos contábeis atual e anteriores, sendo reconhecidos na data do início de vigência do contrato de resseguro. Os prêmios estimados (EPI) a receber incluem eventuais ajustes que venham a surgir no período contábil para prêmios a receber com relação a prêmios emitidos em períodos contábeis anteriores.

**4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS**  
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na utilização de determinadas políticas contábeis. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **4.1 Avaliação de passivos de contratos de resseguros (Provisões técnicas):** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da sociedade Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridas mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data do balanço, o cálculo é realizado através da Circular SUSEP nº 283/2005. A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar a IBNR na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar o passivo com o estudo do índice de sinistralidade histórica em relação a sinistralidade apurada através da PSL e IBNR. A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída para os contratos onde existam cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado a distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Os ativos de retrocessão são representados

por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. **4.2 Determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando uma série de técnicas de avaliação que incluem o uso do modelo de fluxo de caixa descontado e/ou modelos matemáticos. Os dados utilizados nesses modelos resultam de dados observáveis de mercado, quando possível, contudo quando não houver dados observáveis de mercado disponíveis, uso de julgamento profissional é necessário para estabelecer os valores justos. Os julgamentos incluem a consideração de risco de liquidez, risco de crédito e dados utilizados no modelo como, por exemplo, premissas de volatilidade para derivativos de

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Composição das aplicações financeiras**

Títulos	Dez/2011				Dez/2010			
	% Categoria	Valor contábil	Valor mercado	Perda não realizada	% Categoria	Valor contábil	Valor mercado	Perda não realizada
<b>I. Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>100%</b>	<b>110.633</b>	<b>110.633</b>	-	<b>100%</b>	<b>101.716</b>	<b>101.716</b>	-
Letras Financeiras do Tesouro	6%	6.176	6.176	-	5%	5.532	5.532	-
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Over (*)	64%	70.725	70.725	-	53%	53.853	53.853	-
Títulos da dívida agrária	30%	33.732	33.732	-	42%	42.315	42.315	-
Opções (Nota16)	0%	-	-	-	0%	16	16	-
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>100%</b>	<b>50.504</b>	<b>54.331</b>	<b>(3.827)</b>	<b>100%</b>	<b>49.419</b>	<b>51.826</b>	<b>(2.407)</b>
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Notas do Tesouro Nacional - F	85%	42.853	46.144	(3.291)	85%	42.240	44.111	(1.871)
Notas do Tesouro Nacional - B	15%	7.651	8.187	(536)	15%	7.179	7.715	(536)
<b>Total geral</b>		<b>161.137</b>	<b>164.964</b>	<b>(3.827)</b>		<b>151.135</b>	<b>153.542</b>	<b>(2.407)</b>

**Quotas de fundo de Investimento e títulos em carteira própria:** O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Resseguradora aplica seus recursos. O valor de mercado foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - AMBIMA. A média das taxas de compra contratadas é de 10,87%. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2011, a Resseguradora não possuía operações com derivativos. Os prêmios a receber em 31 de dezembro de 2010 de opções de futuros eram de R\$ 16. Os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos de futuros são liquidados diariamente. Por política interna de investimentos, a Companhia não opera com opções e derivativos. Entretanto, e com prévia autorização do Comitê de Investimentos, a Companhia poderá utilizar por meio dos fundos, o mercado de derivativos para realizações de operações

**b) Detalhamento das aplicações por vencimentos**

Títulos	Dez/2011				Dez/2010			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor mercado	Valor contábil	Valor mercado
<b>I. Títulos para negociação</b>	<b>70.800</b>	<b>3.407</b>	<b>1.082</b>	<b>35.344</b>	<b>110.633</b>	<b>110.633</b>	<b>101.716</b>	<b>101.716</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	6.176	6.176	6.176	-	5.532
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Over	70.725	-	-	-	70.725	70.725	53.852	53.852
Títulos da dívida agrária	75	3.407	1.082	29.168	33.732	33.732	42.316	42.316
Opções (Nota5)	-	-	-	-	-	-	-	16
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.504</b>	<b>50.504</b>	<b>54.331</b>	<b>49.419</b>	<b>49.419</b>
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	42.853	42.853	46.144	42.240	42.240
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	7.651	7.651	8.187	7.179	7.179
<b>Total geral</b>	<b>70.800</b>	<b>3.407</b>	<b>1.082</b>	<b>85.848</b>	<b>161.137</b>	<b>164.964</b>	<b>151.135</b>	<b>151.135</b>

**c) Estimativa de valor justo:** A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

Títulos	Dez/2011			Dez/2010		
	Nível I	Nível II	Total	Nível I	Nível II	Total
<b>I. Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>110.633</b>	<b>-</b>	<b>110.633</b>	<b>101.700</b>	<b>16</b>	<b>101.716</b>
Letras Financeiras do Tesouro	6.176	-	6.176	5.532	-	5.532
<b>Fundos exclusivos:</b>						
Over	70.725	-	70.725	53.853	-	53.853
Títulos da dívida agrária	33.732	-	33.732	42.315	-	42.315
Opções	-	-	-	16	16	-
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>50.504</b>	<b>-</b>	<b>50.504</b>	<b>49.419</b>	<b>-</b>	<b>49.419</b>
<b>Fundos exclusivos:</b>						
Notas do Tesouro Nacional - F	42.853	-	42.853	42.240	-	42.240
Notas do Tesouro Nacional - B	7.651	-	7.651	7.179	-	7.179
<b>Total geral</b>	<b>161.137</b>	<b>-</b>	<b>161.137</b>	<b>151.119</b>	<b>16</b>	<b>151.135</b>

**d) Movimentação das aplicações financeiras**

Descrição	Dez/2011		Dez/2010	
	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos
<b>Saldo inicial</b>	<b>151.135</b>	<b>98.164</b>		
Aplicações	-	4.000	-	40.099
Resgates	-	-	(11.542)	(10)
Rendimentos	-	-	17.544	12.882
<b>Saldo final</b>	<b>161.137</b>	<b>151.135</b>		

**6. PRÊMIOS A RECEBER E RETROCEDIDOS (EPI)**

**a) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos**

	Prêmios a receber		Prêmios Retrocedidos (*)	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Patrimonial	16.723	8.149	7.427	3.652
Pessoas coletivas	7.327	5.505	4.979	2.678
Riscos financeiros	5.952	10.604	3.897	10.146
Habitacional	1.800	663	637	249
Rural	1.309	12.083	1.134	11.644
Marítimo	1.016	707	501	306
Pessoas individual	832	6	413	2
Responsabilidade civil	516	311	253	156
Transportes	259	39	99	15
Automóvel	63	-	31	-
<b>Total</b>	<b>35.797</b>	<b>38.067</b>	<b>19.371</b>	<b>28.848</b>

**8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

O imobilizado e intangível está composto como segue:

(Em milhares de reais):	Imóveis (a)	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Veículos	Equipamentos e softwares	Total
<b>Custo</b>						
Em 31 de dezembro de 2010	4.630	487	98	100	208	5.523
Aquisições	-	15	-	-	5	20
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>4.630</b>	<b>502</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	<b>213</b>	<b>5.543</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Em 31 de dezembro de 2010	(264)	(89)	(34)	(33)	(79)	(499)
Depreciação	(61)	(49)	(20)	(21)	(40)	(191)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(325)</b>	<b>(138)</b>	<b>(54)</b>	<b>(54)</b>	<b>(119)</b>	<b>(690)</b>
<b>Valor contábil</b>						
Em 31 de dezembro de 2010	<b>4.366</b>	<b>398</b>	<b>64</b>	<b>67</b>	<b>129</b>	<b>5.024</b>
Em 31 de dezembro de 2011	<b>4.305</b>	<b>364</b>	<b>44</b>	<b>46</b>	<b>94</b>	<b>4.853</b>

(a) O valor registrado na rubrica de Imóveis compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora. Após a conclusão do laudo de reavaliação do imóvel realizada por empresa especializada, a Resseguradora recalculou a depreciação anual do imóvel cuja vida útil passou de 25 anos para 50 anos, cujo imóvel ficará com um valor residual de R\$ 1.400.

**9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2011, as operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

Transações com partes relacionadas	Dez/2011		Dez/2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE Cia. de Resseguros S.A.	(30.725)	(63.429)	(31.856)	(89.200)
	10.792	39.263	12.441	25.495
	-	3.857	-	4.696
MAPFRE Empresas, Cia. de Seguros e Resseguros S.A.	(8.798)	(1.231)	(11.064)	(17.084)
Grupo MAPFRE Brasil	7.501	-	6.882	-
	13.545	25.026	27.989	59.239

Em 2011 e 2010, a Resseguradora efetuou operações de retrocessão e resseguro com empresas do grupo MAPFRE. Remuneração do pessoal-chave da administração:

	Dez/2011	Dez/2010
Honorários de diretoria	692	620
Encargos sobre honorários da diretoria	236	211
Participação nos Lucros	3	108

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

**10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS**

Os saldos de depósito de terceiro estão assim apresentados:

	Dez/2011	Dez/2010
De 1 a 30 dias	6.965	5.406
De 31 a 60 dias	3.014	3.371
De 61 a 120 dias	1.645	606
De 121 a 180 dias	4.429	2.483
De 181 a 365 dias	4.951	277
Superior a 365 dias	1.159	168

13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Detalhamento das provisões técnicas e custo de aquisição diferidos

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) (*)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
	Patrimonial	43.223	31.770	8.204	7.243	8.277	7.133	77.584	22.010	512	174	137.800
Pessoas Coletivo	12.613	6.326	2.858	1.529	2.899	1.371	3.568	2.475	27	296	21.965	11.997
Riscos Financeiros	9.641	14.115	4.480	7.461	4.529	4.831	7.429	1.404	1.143	672	27.222	28.483
Rural	7.794	26.156	991	1.398	992	870	8.159	1.931	-	-	17.936	30.355
Marítimos	2.361	1.686	507	466	512	423	2.039	330	90	-	5.509	2.905
Habitacional	1.961	1.115	602	262	638	43	180	8	-	183	3.399	1.611
Responsabilidade Civil	1.362	2.881	619	1.355	623	1.390	2.411	469	47	-	5.062	6.095
Transportes	792	322	1.070	800	1.073	657	1.799	1.338	47	-	4.734	3.117
Pessoas Individual	559	12	75	3	77	3	-	-	4	-	715	18
Automóvel	335	37	167	17	168	8	66	-	-	-	736	62
Aeronáuticos	96	2.568	270	539	270	557	1.842	1.900	-	-	2.478	5.564
Riscos Especiais	59	2.387	5	184	5	197	-	-	-	-	69	2.768
<b>Provisões Técnicas Brutas</b>	<b>80.796</b>	<b>89.375</b>	<b>19.866</b>	<b>21.257</b>	<b>20.063</b>	<b>17.483</b>	<b>105.077</b>	<b>31.865</b>	<b>1.823</b>	<b>1.325</b>	<b>227.625</b>	<b>161.305</b>

(\*) As despesas de comercialização diferida foram reclassificadas no grupo de Provisões Técnicas de Prêmios não Ganho - PPNG em função das alterações contábeis introduzidas pela Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, alinhadas com a Ata da Reunião da Comissão Contábil, realizadas em 31 de maio de 2011 e 28 de junho de 2011. b) Passivos de contratos de resseguros - Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
	Patrimonial	(19.890)	(15.614)	(3.873)	(3.736)	(3.243)	(3.205)	(51.677)	(14.197)	(205)	(70)	(78.888)
Pessoas Coletivo	(7.610)	(1.993)	(1.673)	(427)	(1.550)	(118)	(1.059)	(86)	(13)	(51)	(11.905)	(2.675)
Riscos Financeiros	(7.491)	(11.969)	(3.849)	(6.608)	(3.208)	(3.292)	(4.718)	(883)	(578)	-	(20.149)	(23.184)
Rural	(7.739)	(24.906)	(990)	(1.167)	(744)	(395)	(8.756)	(115)	-	-	(18.229)	(26.583)
Marítimos	(1.147)	(765)	(230)	(220)	(195)	(185)	(493)	(144)	(39)	-	(2.104)	(1.314)
Habitacional	(688)	(363)	(231)	(105)	(244)	(16)	(64)	(3)	-	(73)	(1.227)	(560)
Responsabilidade Civil	(685)	(1.841)	(294)	(781)	(242)	(670)	(711)	(34)	(19)	-	(1.951)	(3.326)
Transportes	(316)	(153)	(700)	(534)	(530)	(274)	(767)	(756)	-	-	(2.313)	(1.717)
Pessoas Individual	(278)	(3)	(37)	(1)	(43)	-	-	-	-	-	(358)	(4)
Automóvel	(168)	(15)	(69)	(7)	(52)	(3)	(135)	-	-	-	(424)	(25)
Aeronáuticos	(96)	(2.568)	(270)	(539)	(200)	(509)	(1.842)	(1.900)	-	-	(2.408)	(5.516)
Riscos Especiais	(24)	(2.380)	(2)	(183)	(2)	(156)	-	-	-	-	(28)	(2.719)
<b>Retrocessão</b>	<b>(46.132)</b>	<b>(62.570)</b>	<b>(12.218)</b>	<b>(14.308)</b>	<b>(10.253)</b>	<b>(8.823)</b>	<b>(70.222)</b>	<b>(17.972)</b>	<b>(1.159)</b>	<b>(772)</b>	<b>(139.984)</b>	<b>(104.445)</b>
<b>Total</b>	<b>34.664</b>	<b>26.805</b>	<b>6.949</b>	<b>7.648</b>	<b>9.810</b>	<b>8.660</b>	<b>34.855</b>	<b>13.893</b>	<b>664</b>	<b>553</b>	<b>87.641</b>	<b>56.860</b>

Principais premissas: A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Companhia seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada exercício, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa. Sensibilidade: Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

	Obrigações de contrato de resseguro		Obrigações de contrato de resseguro	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
	Provisão de sinistros a liquidar	(1)	105.077	31.865
Provisão de IBNR	(2)	19.866	21.257	17.483
Provisão de IBNER	(3)	20.063	17.483	17.483
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	(4)	80.796	89.375	89.375
Provisão de excedente técnico	(5)	1.823	1.325	1.325
<b>Total das obrigações de contratos de resseguro</b>		<b>227.625</b>	<b>161.305</b>	<b>161.305</b>
<b>(1) Provisão de sinistros a liquidar - PSL</b>		<b>105.077</b>	<b>31.865</b>	<b>19.866</b>
<b>(2) Provisão de IBNR</b>		<b>19.866</b>	<b>21.257</b>	<b>17.483</b>
<b>(3) Provisão de IBNER</b>		<b>20.063</b>	<b>17.483</b>	<b>17.483</b>
<b>(4) Provisão para prêmios não ganhos - PPNG</b>		<b>80.796</b>	<b>89.375</b>	<b>89.375</b>
<b>(5) Provisão de Excedente Técnico - PET</b>		<b>1.823</b>	<b>1.325</b>	<b>1.325</b>

14. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos designados em garantia das provisões técnicas estão assim compostos:

	Dez/2011	Dez/2010
<b>Total dos ativos garantidores</b>	<b>161.137</b>	<b>151.135</b>
Total das provisões técnicas (a)		
(-) Provisão de Prêmio não Ganho - PPNG	34.664	26.805
(-) Recuperação de Sinistros - PSL	34.855	13.893
(-) Recuperação de Sinistros - IBNER	9.810	8.660
(-) Recuperação de Sinistros - IBNR	7.648	6.949
(-) Provisão de Resseguro - Demais provisões	664	553
<b>Total a ser coberto</b>	<b>87.641</b>	<b>56.860</b>
<b>Suficiência</b>	<b>73.496</b>	<b>94.275</b>

(a) O valor informado está composto líquido dos efeitos das operações de retrocessão.

15. RAMOS DE ATUAÇÃO

Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

	Prêmio Ganho		Sinistralidade (%)		Corretagem (%)	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Patrimonial	64.271	85.194	135	72	1	1
Rural	46.784	20.137	36	46	-	-
Riscos Financeiros	21.174	6.179	15	195	-	-
Pessoas Coletivo	9.633	8.739	95	96	1	-
Transportes	6.365	4.515	25	52	3	3
Responsabilidade Civil	4.374	5.425	13	49	-	-
Marítimos	3.226	3.911	84	128	-	-
Riscos Especiais	2.542	6.393	(15)	6	1	-
Aeronáuticos	2.533	3.968	42	85	-	-
Automóvel	268	163	317	15	7	12
Habitacional	256	(735)	(44)	(44)	1	-
Pessoas Individual	(377)	27	(39)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>161.049</b>	<b>143.916</b>	<b>77</b>	<b>73</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

16. POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Resseguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de resseguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Resseguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Resseguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes do modelo internacional COSO II-ERM e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: Comitê Financeiro: constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. Comitê diretivo: este comitê tem por finalidade zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Resseguradora, bem como definir a estratégia de negócios. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e corporativos, os quais são resumidos a seguir: **a) Risco de resseguro:** O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A. A Resseguradora retrocede e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em bases não proporcionais. Nas proteções retrocessionárias se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora. Prêmios emitidos por tipo de contrato: A resseguradora não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o uma única região global. A tabela abaixo apresenta a concentração de passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares por tipo de contrato.

	Passivo	
	Dez/2011	Dez/2010
Patrimonial	137.800	68.330
Riscos Financeiros	27.222	28.483
Pessoas Coletivo	21.965	11.997
Rural	17.936	30.355
Marítimos	5.509	2.905
Responsabilidade Civil	5.062	6.095
Transportes	4.734	3.117
Habitacional	3.399	1.611
Aeronáuticos	2.478	5.564
Automóvel	736	62
Pessoas Individual	715	18
Riscos Especiais	69	2.768
<b>Total</b>	<b>227.625</b>	<b>161.305</b>

Principais premissas: A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Companhia seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada exercício, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa. Sensibilidade: Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

	Variação das premissas		Impacto sobre o passivo bruto		Impacto sobre o lucro antes dos impostos		Impacto sobre o patrimônio líquido	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Elevação nas provisões de sinistros (cenário mais conservador)	5%	(5.974)	(1.939)	(1.164)				

Tabela de evolução de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a estimativa de sinistros incorridos acumulados, incluindo sinistros reportados e também sinistros incorridos mas não avisados para cada exercício subsequente na data do balanço, juntamente com pagamentos acumulados até a presente data. As informações sobre a evolução de sinistros divulgadas estão sendo efetuada pelo período de 2009 a 2011, uma vez que o início de sua operações se deu em 2009.

	Ano de subscrição do contrato			
	2009	2010	2011	Total
Montante avisado de sinistros	28.387	27.790	33.529	-
No ano de subscrição	78.563	126.617	-	-
Um ano após o ano de subscrição	95.690	-	-	-
Dois anos após o ano de subscrição	95.690	126.617	33.529	255.836
Total de sinistros avisados até a data-base (2011)	<b>74.921</b>	<b>65.363</b>	<b>10.475</b>	<b>150.759</b>

	Ano de subscrição do contrato			
	2009	2010	2011	Total
Montante avisado de sinistros	6.376	17.221	16.483	-
No ano de subscrição	29.303	86.872	-	-
Um ano após o ano de subscrição	38.072	-	-	-
Dois anos após o ano de subscrição	38.072	86.872	16.483	141.427
Total de sinistros avisados até a data-base (2011)	<b>29.955</b>	<b>35.392</b>	<b>5.858</b>	<b>71.205</b>

	Ano de subscrição do contrato			
	2009	2010	2011	Total
Montante avisado de sinistros	8.117	51.480	10.625	70.222

À medida que os sinistros ocorrem e há maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido. Contudo, devido à incerteza do processo de estimativa, a provisão efetiva para sinistros pode não apresentar superávit. **b) Risco financeiro:** (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e, c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. Exposição ao risco de crédito de resseguro: A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com Retrocessionários individuais. Por procedimentos internos o ressegurador opera exclusiva e com resseguradores do grupo MAPFRE. Exceções ao procedimento de retrocessão só podem ser efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora. Vide nota 5 - Aplicações financeiras a qual demonstra a exposição máxima ao risco de crédito dos componentes das demonstrações de origens e aplicações de recursos e itens como compromissos futuros. A exposição máxima é apresentada pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais. Faz parte da política da Companhia manter análises de classificação de risco exatas e consistentes para toda a carteira de crédito. O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os ratings internos de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de risco adotada pela Companhia. Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente. Atualmente, a Resseguradora opera com os retrocessionários elencados no quadro abaixo.

Retrocessionário	Rating
IRB Brasil Resseguros S.A.	A-
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (*)	A
MAPFRE Empresas, Companhia de Seguros y Resseguros, S.A. (*)	A

(\*) Avaliação realizada por Standard & Poor's Durante o semestre, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito. (ii) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Companhia dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: • A política da MAPFRE RE está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com seguradoras, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito dos resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraídas pelos contratos de resseguros. A fim de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são em títulos públicos do Tesouro Nacional com elevada

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente:**  
Juan Bosco Francoy Olagüe

**Diretores Estatutários:**  
Antonio Clemente Campanario  
Ramon Aymerich Portuondo

**Diretores:**  
Adriana Mantuaneli  
Fredri Martins Curquejo  
Ricardo S. Mariano

**Contador:**  
Valdirene Veiga da Silva  
CRC 1SP200328/O-7

**Atuário:**  
Roberto Carlos Pereira do Lago  
MIBA nº 0835

**PARECER ATUARIAL**

Ilmo Srs.  
Administradores e Acionistas da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**  
Examinamos todas as provisões técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE RE do Brasil, levantado em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com o objetivo específico de expressar uma opinião sobre as referidas provisões técnicas, em atendimento a resolução CNSP nº 135 de 11 de outubro de 2005 e a circular SUSEP nº 272, 22 de outubro de 2004. Os exames realizados foram conduzidos em conformidade com técnicas e metodologias

atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil.  
Foram reavaliadas as Provisões técnicas: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), Sinistros a Liquidar, Prêmios Não Ganhos (PPNG), Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) e Riscos em Curso.  
Em nossa opinião, as provisões técnicas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, todas as obrigações definidas na legislação vigente e estão refletidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e 2010, com valores

consistentes e desvios padrões suficientemente assertivos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

**Ramon Aymerich Portuondo**  
Diretor Técnico Responsável

**Roberto Carlos Pereira do Lago**  
Atuário - MIBA nº 0835

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**  
Examinamos as demonstrações financeiras da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2012

  
Quality In Everything We Do

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Patrícia di Paula da Silva Paz**  
Contador CRC-1SP198827/O-3